

Fleury denuncia pressão dos "burocratas"

■ Governador diz que os técnicos da Fazenda não querem acerto de contas com São Paulo para não perder poder de manobra

BRASÍLIA— A burocracia do Ministério da Fazenda não quer o encontro de contas entre São Paulo e a União, para não perder os altos salários pagos aos técnicos e os instrumentos de pressão sobre os estados. A acusação foi feita pelo governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury, ameaçando também fazer um pronunciamento à nação para denunciar as pressões contra o seu estado e divulgar "a lista dos burocratas que estão por

trás destas manobras", caso uma solução não seja encontrada.

Para não dizer que não está cumprindo sua parte, o governador revelou que demitirá sua equipe econômica se em 15 ou 20 dias não for apresentada uma proposta para o acerto de contas.

Fleury anunciou que não aceita reabrir as discussões sobre a situação financeira do Banespa. "Não aceito esse tipo de pressão nem

concordo em reabrir as discussões sobre os débitos do banco". Segundo Fleury, o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, já concordou em deixar o Banespa de fora e, "se os cardeais já se entenderam, os bispos e os coroinhas têm mais é que ficar calados". "Não aguento mais essa burocracia que deseja acabar com os bancos estaduais, através de plantação de notícias na imprensa".

O Banespa, segundo o governador de São Paulo, paga por mês US\$ 17 milhões à União e não tem agência deficitária, embora 53 já tenham sido fechadas. Foi verdade, segundo Fleury, que o Banespa, para fechar suas contas, teve que recorrer ao mercado financeiro pagando juros altíssimos, depois do vazamento proposital de informações dos técnicos do ministério.

Fleury informou ainda que nas

suas conversas com o ministro Fernando Henrique Cardoso já colocou bem claramente a insatisfação com os burocratas do ministério. "O Fernando está por dentro de tudo e prometeu tomar providências para evitar maior desgaste também com os outros governadores." Apesar das pressões que diz estar recebendo, o governador de São Paulo informou que não se mobilizará no Congresso para

aprovar as novas regras da rolagem das dívidas dos estados, porque "é possível assinar o contrato sem a lei aprovada pelos parlamentares".

O governador disse que três pontos estão em estudos para acertar o encontro de contas: que tipo de débitos vai entrar no conceito de rolagem das dívidas e se a dívida mobiliária será ou não computada; o percentual a ser comprometido pelos estados e a data dos cortes.